AUDITORIA E SUA APLICAÇÃO PRÁTICA AO CASO ROTA 66

Autor(res)

Gleice Dos Santos
Emilly Julia Reis Santos Paz

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA DE SÃO PAULO

Introdução

O livro Rota 66: A História da Polícia que Mata, de Caco Barcellos, revela práticas ilegais e sistemáticas de violência policial adotadas pela ROTA entre as décadas de 1970 e 1990. A obra mostra como registros forjados, manipulação de provas e intimidação de testemunhas sustentam uma cultura institucional de execuções extrajudiciais. Neste contexto, o trabalho propõe a aplicação de auditoria como ferramenta de controle e prevenção de abusos, destacando sua importância para garantir integridade e responsabilidade em organizações públicas. A análise evidencia que a ausência de fiscalização contribuiu para a perpetuação das violações.

Objetivo

Analisar como a ausência de auditoria e mecanismos de controle contribuiu para a consolidação de práticas ilegais na atuação da ROTA, a partir da obra Rota 66, e destacar a importância da auditoria como ferramenta estratégica de integridade e prevenção

Material e Métodos

O presente estudo adota uma abordagem qualitativa, de caráter bibliográfico e exploratório, fundamentando-se principalmente na obra Rota 66: A História da Polícia que Mata, de Caco Barcellos, e em referenciais teóricos sobre auditoria, ética, controle interno e administração pública. A escolha da abordagem qualitativa justifica-se pela necessidade de interpretar criticamente fenômenos sociais complexos, como a violência policial e a ausência de mecanismos institucionais de controle. A pesquisa bibliográfica envolve a análise de livros, artigos científicos e documentos oficiais, permitindo construir um referencial teórico que sustente a discussão.

Resultados e Discussão

Segundo Attie (2015), auditoria é um processo sistemático de avaliação de evidências, visando verificar se ações e registros estão em conformidade com normas, leis e critérios estabelecidos. Em organizações públicas, seu objetivo é garantir transparência, prevenir irregularidades e responsabilizar agentes.
No caso da ROTA, a auditoria poderia ter sido aplicada em diversos níveis. Ao cruzar boletins de ocorrência, laudos necroscópicos e estatísticas de criminalidade, seria possível identificar padrões anormais, como o alto número de mortes atribuídas a uma mesma equipe. Esses indícios poderiam ter motivado investigações internas antes que práticas ilegais se consolidassem (Attie, 2015; Mattos, 2013).

Barcellos (1992) relata casos de jovens sem antecedentes mortos de forma repetitiva pela mesma tropa, evidenciando padrões de execução. Além disso, a comparação entre registros oficiais e denúncias de familiares poderia revelar contradições — como disparos à queima-roupa — incompatíveis com confronto armado. Nestes casos, o auditor teria papel essencial em questionar a veracidade dos documentos e acionar medidas corretivas (Andrade, 2003; Minayo, 2006).

Outro ponto importante seria a avaliação de políticas internas, protocolos de uso da força, treinamentos e práticas relacionadas aos direitos humanos. A ausência dessa auditoria contribuiu para que desvios éticos fossem tolerados e replicados no ambiente organizacional da ROTA. Barcellos apresenta diversos casos em que a ação da ROTA resultava em mortes sob justificativas duvidosas. Jovens eram seguidos, abordados sem motivo claro e mortos, com armas ou drogas plantadas posteriormente para legitimar o uso da força.

Essas práticas violavam direitos fundamentais e contribuíram para a formação de uma cultura de medo e desconfiança da população periférica em relação à polícia. Além disso, a obra revela como execuções ocorriam durante intervenções rotineiras em bairros populares, enquanto os registros oficiais falavam em "confrontos".

Esse contraste entre a realidade observada e os documentos oficiais demonstra a urgência de mecanismos de controle como a auditoria. Eles seriam essenciais para cruzar dados e evitar que versões fraudulentas se sustentassem institucionalmente.

Conclusão

A análise da obra Rota 66 demonstra que a ausência de mecanismos de auditoria contribuiu diretamente para a consolidação de práticas ilegais e sistemáticas de violência policial pela ROTA. A auditoria, ao atuar na verificação de registros, cruzamento de dados e avaliação de procedimentos internos, poderia ter revelado irregularidades e evitado sua perpetuação. Além de promover transparência e responsabilização, constitui instrumento essencial para prevenir desvios éticos, fortalecer a governança e assegurar a proteção dos direitos fundamentais no setor público.

Referências

ALBUQUERQUE, Lindolfo Galvão. Ética e gestão de pessoas nas organizações. São Paulo: Atlas, 2011. ANDRADE, Vera Regina Pereira de. Violência policial e direitos humanos no Brasil. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003. ATTIE, William. Auditoria: conceitos e aplicações. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2015. BARCELLOS, Caco. Rota 66: A história da polícia que mata. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. MINAYO, Maria Cecília de Souza. Violência e saúde. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006. MATTOS, Paulo Todescan Lessa. Transparência e controle na administração pública. São Paulo: Atlas, 2013. SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo. São Paulo: Malheiros, 2014.